

**SAICA - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA
COMPLEXIDADE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES DE 0 A 17 ANOS E 11 MESES**



**PASTORAL
DO MENOR**

A serviço da vida!

IDENTIFICAÇÃO ÓRGÃO PÚBLICO

Prefeitura do Município de Patrocínio Paulista.

Endereço: Praça Nossa Senhora do Patrocínio, 1165, Centro

Responsável Legal: Mario Marcelo Carraro Bertelli – Prefeito Municipal

IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Nome da organização da sociedade civil: Pastoral do Menor e Família da Diocese de Franca

CNPJ: 56.885.262/0001-35

Endereço: Rua Leandro Fernandes Martins, 1949 Bairro: Jardim Aeroporto III

Cidade: Franca **UF:** SP

CEP: 14.404-259

DDD/Fone: (16) 3701-7550

Dados cadastrais Número de inscrição no CMAS: 15/2012 E

Município: Franca

Número de inscrição no CMDCA: 026/2023

Município: Franca

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL DA OSC:

Nome: Ovídio José Alves de Andrade

CPF: 980.877.978-68

Carteira de Identidade/Órgão Expedidor: 9.872.151-3 - SSP-SP

Cargo: Presidente - **Função:** Presidente do Conselho Diretor

Qualificação Completa: Brasileiro, Solteiro, Padre – Naturalidade: Franca – SP

Endereço: Rua Mário Martins, 571 – Jardim Paulistano – Franca – SP

CEP: 14402-460 - **Telefone:** (16) 99144-3070

Período do Mandato da Diretoria: De 01/05/2022 a 30/04/2026

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade de Acolhimento Institucional Provisório de Crianças e Adolescentes – Modalidade Abrigo Institucional.

Alvo: crianças e adolescentes com idade entre 0 e 17 anos e 11 meses.

Modalidade: Abrigo Institucional com capacidade para 20 acolhidos.

Funcionamento: ininterrupto 24 horas por dia durante 365 dias do ano.

OBJETIVOS GERAL:

Promover os direitos fundamentais de crianças e adolescentes em medida de proteção, oferecendo até 20 (vinte) vagas em acolhimento institucional (SAICA) na modalidade Abrigo, sendo elas 18 direcionadas ao município de Patrocínio Paulista e 2 ao município de Itirapuã, com funcionamento de 24hs ininterruptas, ou seja, todos os dias, conforme as orientações técnicas do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes e demais legislações.

ESPECÍFICOS:

- Acolher 20 (vinte) crianças e adolescentes encaminhados por medida de Proteção, oferecendo ambiente acolhedor, respeitoso e humanizado. Amparados e assistidos por equipe técnica e cuidadores ininterruptamente por 24h;
- Garantir acesso intersetorial assegurando seus direitos e acesso à saúde, assistência social, educação, convivência familiar e liberdade, dignidade e respeito;
- Proporcionar atendimento e cuidados a saúde mental, comportamentos de risco e orientações sobre sexualidade, prevenção de riscos de exposição;
- Prevenir o agravamento ou a reincidência de situações de violência, bem como o agravamento de situações de negligência e/ou a ruptura de vínculos.
- Resgatar e fortalecer os vínculos, familiares, sociais e comunitários, garantindo a convivência entre irmãos, exceto em casos de suspensão por determinação judicial;
- Promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, estimulando o autocuidado, a autonomia e a capacidade de escolha.
- Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte interno e externo;
- Oportunizar contatos e vivências culturais, educacionais, profissionalizantes preparando para o mercado de trabalho, pertinentes a faixa etária;
- Respeitar costumes, tradições a diversidade de faixa etária, religião, gênero, orientação sexual, raça e etnia;
- Articular com rede socioassistencial, intersetorial e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e Políticas Públicas;
- Assegurar a provisoriedade e excepcionalidade da medida de proteção junto à rede intersetorial e demais serviços de referência, através de atendimentos estruturados no PIA (Plano Individual de Acolhimento) e trabalhar junto com a família das crianças e adolescentes;
- Realizar o processo de transição entre instituições com caráter humanizado e coerente com as orientações técnicas e normativas vigentes.

PERIODICIDADE

O Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA ocorre ininterruptamente, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

PÚBLICO ALVO

Crianças e Adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses (ambos os sexos), em situação de risco pessoal, sob medida protetiva de acolhimento, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

FLUXO DE ACESSO

Determinação judicial e requisição do Conselho Tutelar (nos casos de medida de acolhimento emergencial).

IMPACTO SOCIAL ESPERADO

O impacto social esperado diante das estratégias metodológicas consiste na redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência; que os indivíduos e famílias estejam incluídos em serviços e com acesso a oportunidades; que haja redução da presença de pessoas em situação de abandono; que se tenha indivíduos e famílias protegidas; que haja construção da autonomia e o rompimento do ciclo da violência doméstica e familiar.

DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

As atividades descritas abaixo foram desenvolvidas no período que compreende maio a agosto do ano de 2025.

As ações foram planejadas e executadas contemplando a particularidade do público atendido, visando o alcance dos objetivos propostos, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos afetivos e efetivação da proteção social às crianças e adolescentes.

Para tanto, promovemos a manutenção do diálogo com a rede socioassistencial do município, certos da relevância do acompanhamento conjunto entre os equipamentos da rede para o aprofundamento das demandas.

Os encaminhamentos ocorreram através do Poder Judiciário e Conselho Tutelar, após a identificação de situação violadora de direitos que exigiu a medida de Acolhimento Institucional para cessar com a exposição de maneira imediata através da suspensão do Poder Familiar.

No período foram atendidas **36** crianças. Contando com 5 acolhimentos neste período, 3 reintegrações familiares, 01 retorno de medida socioeducativa (Fundação Casa), 01 manutenção em

medida socioeducativa (Fundação Casa - Cerqueira César).

Atualmente são 12 crianças acolhidas, 01 adolescente em medida socioeducativa (Fundação Casa- Cerqueira César) e 06 em acompanhamento pós desacolhimento. Salientamos que no referido período 2 adolescentes que foram conduzidos ao SAICA pelo Conselho Tutelar não tiveram a medida protetiva concretizada considerando que uma possuía família extensa enquanto a outra foi conduzida ao Serviço de Acolhimento do município de Franca, haja vista que se encontrava no período de acompanhamento pós reintegração familiar.

O espaço foi organizado de forma adequada para garantir as condições necessárias de higiene, limpeza, fornecimento das refeições, bem como disponibilidade de jogos e brinquedos que auxiliam no desenvolvimento e interação das crianças e adolescentes. Foram realizadas também a aquisição de brinquedos educativos, puff's, vestuário, material escolar, itens de higiene e limpeza, itens de gênero alimentício, itens de utilidade doméstica, manutenção predial constante, sistema de monitoramento eletrônico e internet, necessários para a viabilidade das ações.

Através de assembleias direcionadas pela equipe técnica conforme faixa etária e de forma lúdica foi possível promover a participação dos acolhidos nas decisões referentes às rotinas da casa, escolhas de atividades de lazer, cardápio direcionado e orientações a respeito do cronograma diário.

A constante articulação com a rede socioassistencial, secretaria de saúde, secretaria de educação e ministério público, viabilizou as intervenções de forma que ocorressem de maneira integrada e direcionada com o intuito de promover a reestruturação do núcleo familiar, o fortalecimento de vínculos e a participação social das famílias envolvidas.

Portanto, após chegada da criança e adolescente, efetuamos a acolhida inicial e a apresentação desta para os demais e cuidadores, estruturando a apropriação do espaço coletivo e suas especificidades.

Ademais, foram disponibilizados kits de higiene e alimentação imediata, com intervenção da equipe técnica e aplicação da Triagem Inicial Emocional no primeiro dia útil subsequente, com a qual foi possível aprofundamento nos motivos do acolhimento, as violações ocasionadas, contexto intra familiar e existência de família extensa ou rede de apoio.

Durante o preenchimento do instrumental Protocolo de Acolhida, houve o levantamento de informações imprescindíveis para o delineamento das intervenções e informações para comunicarmos o Sistema de Garantia de Direitos e Poder Judiciário sobre a entrada da criança ou adolescente no SAICA através de Ofício, solicitando neste o número de processo e senha para acesso ao referido.

A partir das demandas identificadas, iniciamos a aproximação com os núcleos familiares e rede de apoio, através dos atendimentos e estabelecimento das visitas. Neste sentido foi possível

ampliar as perspectivas e compreensão do contexto ao qual a criança ou adolescente estava inserido.

Mediante a inserção das criança ou adolescentes em contexto de acolhimento, foram realizados contatos imediatos com as pessoas de referência indicadas pelo Conselho Tutelar, ou quando da impossibilidade, realizamos o levantamento através dos documentos que acompanhavam os acolhidos(as), para agendamento e efetivação de atendimento em 24h após a entrada das crianças ou adolescentes, sendo todo o processo registrado em prontuário físico e eletrônico.

Através dos primeiros contatos foi possível compreender aspectos da dinâmica familiar, dialogar e refletir sobre o olhar destes a respeito da medida protetiva vivenciada e abordar sobre as dificuldades e caminhos necessários para a reestruturação da função protetiva da família.

Isso possibilitou o estabelecimento de vínculo entre a equipe do SAICA e os responsáveis, subsidiando elementos para a construção do Plano Individual de Atendimento (PIA).

Concretizamos o mapeamento dos casos junto a rede socioassistencial e intersetorial, compreendendo o percurso da criança ou adolescente dentro da rede protetiva do município, mediante leitura do processo, prontuários, contatos telefônicos, compartilhamento com as equipes do Poder Judiciário e PSE. Esse reconhecimento, fundamentou o planejamento acerca dos encaminhamentos a serem realizados, culminando na oferta de proteção integral, com vistas à superação das situações violadoras.

Com o objetivo de promover o fortalecimento dos vínculos familiares e reestruturar as redes de apoio durante os meses de maio a agosto, as crianças e adolescentes tiveram garantido o direito de receber visitas de seus familiares e pessoas de referência na comunidade supervisionadas pela equipe técnica.

Além das atividades realizadas durante as visitas familiares, os acolhidos participaram, de forma regular, de atividades programadas e de lazer, tanto no âmbito interno quanto externo, sob a supervisão das cuidadoras e da equipe técnica. Tais atividades foram executadas em parceria com a rede socioassistencial, os órgãos educacionais, a comunidade e o município, em conformidade com a articulação intersetorial prevista nas políticas públicas de proteção à infância e juventude, sendo algumas destas:

- Aniversariantes do mês;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV (Projeto beija-flor);
- Inserção no mercado de trabalho através do programa “Jovem Aprendiz”;
- Ação e diversão (evento mensal realizado pela prefeitura municipal);
- Festa Junina;
- Aulas de Futebol;

- Aulas de Capoeira;
- Passeio no Bosque em Ribeirão Preto e Parque do Curupira;
- Passeio na Praça Central de Franca;
- Passeio na lanchonete e sorveteria da cidade;
- Oficina de pizza.

As atividades ocorreram em grupo, promoveram a preservação da infância, participação social, fortalecimento dos vínculos afetivos e o acolhimento do aspecto emocional das crianças e adolescentes. Desta forma, contribuíram para a promoção do bem-estar, a socialização e a construção de habilidades socioemocionais, atendendo ao princípio da proteção integral e aos direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Viabilizamos aos acolhidos a comemoração individual dos aniversariantes, contando com a participação dos familiares, de modo a garantir a preservação dos vínculos afetivos e o sentimento de pertencimento.

Salientamos que 03 desligamentos ocorreram através da reintegração familiar, mediante o processo de reaproximação do núcleo familiar de origem ou extensa. Este êxito foi possível através da identificação do potencial de reestruturação da função protetiva da família.

Enfatizamos que o diálogo contínuo e extensas discussões em rede, viabilizaram a família ou responsável a leitura clara da conjuntura inicial que culminou no acolhimento institucional e a ressignificação para as tomadas de decisões assertivas para a superação da dinâmica inicial e efetivo retorno da crianças ou adolescente à família.

O processo de reintegração familiar aconteceu de maneira respeitosa e gradativa, sendo trabalhado concomitantemente com as crianças que permaneceram no abrigo e com os que estavam sendo desabrigados, refletindo o tempo de cada um.

Portanto, quando definida a possibilidade do desligamento, foi solicitado ao familiar ou responsável a presença no SAICA para receber as orientações necessárias, em que a equipe técnica enfatizou o período de seis meses para acompanhamento do núcleo, após a reintegração familiar.

Os acompanhamentos se deram através de contato com a rede socioassistencial dos municípios de Franca-SP, Itirapuã-SP, Assaré-CE, Cerqueira César-SP, Sacramento – MG. Considerando os de acompanhamentos intermunicipais.

Destacamos também a articulação com a saúde, considerando o número de acompanhamentos médicos especializados em diversas áreas, com o propósito de garantir a preservação e a promoção da saúde física e mental. Além dos atendimentos médicos individuais, foram realizados contatos sistemáticos, reuniões periódicas com os profissionais de saúde responsáveis pelo cuidado dos acolhidos, a equipe técnica do abrigo e os representantes da rede de

saúde.

Portanto, foi possível estimular o compartilhamento contínuo de informações para o êxito das intervenções médicas, psicossociais e terapêuticas.

Evidenciamos a atuação intersetorial, protocolos de acolhimento, intervenções psicossociais e socioeducativas, bem como estratégias de reintegração familiar e promoção de direitos.

Em maio, o trabalho concentrou-se no acompanhamento psicossocial e psicopedagógico das crianças e adolescentes acolhidos, fortalecimento de vínculos familiares e articulação com a rede de proteção social.

Salientamos que no que se refere a acolhimentos com perspectiva de longa permanência, a equipe técnica do SAICA articulou junto aos municípios de origem, com vistas a ampliar as perspectivas de desinstitucionalização, como por exemplo avaliação de possibilidade de reintegração à família extensa.

Neste sentido, em relação à acolhida M.V, que mantém familiares no município de Assaré - CE, a equipe conduziu contato com Conselho Tutelar do referido local, localizando as tias maternas da criança. Desta forma, as informações foram devidamente socializadas à equipe técnica do Sistema de Justiça de Patrocínio Paulista, onde culminou posteriormente na instauração do processo de destituição do poder familiar e atualização do PIA da referida, contendo as alterações vivenciadas ao longo do período de acolhimento.

Noutra situação, viabilizamos articulações com o Conselho Tutelar e abrigo do município de Monte Carmelo, e rede protetiva, em razão da transferência da criança L.G., anteriormente acolhido nesta unidade, em março. Também foi realizado acompanhamento das adolescentes desacolhidas G.L. e M.V., de Itirapuã, garantindo suporte psicossocial, acompanhamento jurídico e encaminhamentos protetivos adequados.

Destacam-se as articulações com a Fundação Casa de Cerqueira César e a rede socioassistencial, permitindo o início das visitas familiares da adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, bem como visita técnica ao adolescente L.G. na Fundação Casa de Franca.

O acompanhamento familiar incluiu diálogo constante com a PSE, assegurando mediação familiar, monitoramento de riscos e encaminhamentos junto ao Judiciário e Conselho Tutelar, além de reuniões com escolas, fortalecendo o acompanhamento educacional.

Entre as ações desenvolvidas, destacam-se: atividades em grupo sobre direitos humanos, cidadania, educação sexual e adoção, triagem emocional de novos acolhidos, intensificação de atendimentos familiares específicos e aproximação gradual de familiares, promovendo o fortalecimento de vínculos. Também foram realizados protocolos de acolhimento emergencial, garantindo o cumprimento da Lei do Minuto Seguinte, como no caso de S.A., que resultou na

transferência para o abrigo de Franca. Durante o mês, dois acolhimentos seguiram este protocolo.

Foram elaborados e atualizados PIAs, relatórios trimestrais e relatórios de acompanhamento, incluindo articulação sobre possível retorno familiar de dois irmãos.

Entre as ações socioeducativas, destaca-se o acompanhamento da adolescente N.E. em inserção no mercado de trabalho, com orientações financeiras e apoio na abertura de conta bancária.

Em junho, manteve-se o foco no acompanhamento direto das crianças e adolescentes acolhidos e na articulação com a rede socioassistencial e judiciária, frente a situações de possível desacolhimento, reintegração familiar e medidas protetivas.

O trabalho com os avós paternos de L.F. e P.R. fortaleceu vínculos e os preparou para a reinserção familiar progressiva.

No acompanhamento individual e grupal, foram priorizados atendimentos psicossociais, com foco em demandas emocionais, familiares e educação em saúde mental. Com N.E., desenvolveram-se atividades sobre saúde íntima e mental; em grupo, foram abordadas violência sexual, gestão de emoções e promoção do autocuidado, utilizando recursos lúdicos.

Externamente, a equipe realizou visitas à Fundação Casa, visitas domiciliares e acompanhamento de crianças desacolhidas, além de reuniões com Conselho Tutelar, SCFV, PSE e rede de proteção de Itirapuã e Franca, fortalecendo a articulação intersetorial e rede de cuidado integrado.

Entre ações específicas destacam-se a necessidade de integração entre SAICA e estabelecimentos de ensino em virtude dos comportamentos apresentados nas unidades do município que recebem as crianças do abrigo, considerando os rebatimentos sociais para estes e os demais envolvidos. Desta forma, no que se refere a S.C, a articulação prezou pela reorganização da grade escolar, contemplando trabalho específico direcionado à sala de recursos em horário do contraturno escolar, para tanto, o adolescente frequentou cerca de um mês antes das férias escolares exclusivamente a sala de recursos para redefinição das ações após avaliação profissional.

Com o retorno das férias, houve nova reunião com a unidade escolar, pactuando o retorno gradual em período regular, concomitantemente ao acesso à sala de recursos.

Tal ação fortaleceu aspectos relevantes, como a atenção integral às demandas educacionais, considerando o longo trajeto de violações e defasagem vivenciadas pelo referido.

Foram promovidas formações continuadas com cuidadoras sobre manejo de conflitos, protocolos de crise, cuidado afetivo e fortalecimento de vínculo. Destacam-se ainda os acolhimentos de dois irmãos por desistência de guarda e atividades externas realizadas pela equipe técnica com os acolhidos, voltadas ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Em julho, o foco esteve no acolhimento dos irmãos recém-chegados, acompanhamento de

desacolhimentos e intensificação da articulação com a rede socioassistencial e de saúde. Foram realizados acolhimentos com triagens emocionais, atendimentos individuais e construção de PIAs. Três crianças iniciaram psicoterapia junto à Secretaria de Saúde após articulação da equipe com a rede.

No âmbito familiar, a adolescente N.E. retornou à guarda da avó, e a equipe construiu seu álbum de memórias como estratégia de apoio à transição e fortalecimento de vínculos. Também ocorreram desacolhimentos de L.F. e P.R., com realização de visitas domiciliares e estudos sociais, subsidiando decisões protetivas e garantindo acompanhamento adequado às necessidades das crianças.

Em medidas socioeducativas, houve articulação para visitas familiares na Fundação Casa e atendimento conjunto com equipe de referência. Atividades internas e externas incluíram “Dia da Pizza”, ida a pastelaria e envio de cartas a familiares e adolescentes em medida socioeducativa.

A atuação em rede foi intensa, incluindo reuniões com PSE, encontros intersetoriais e participação na Conferência Municipal de Assistência Social. Destacam-se ainda orientações à equipe de cuidadoras e articulação com escolas, garantindo acompanhamento psicossocial, educacional e sócio emocional das crianças e adolescentes acolhidos.

Em agosto, a equipe concentrou esforços em novos acolhimentos, articulações intersetoriais e acompanhamento de adolescentes em cumprimento ou retorno de medida socioeducativa.

Foram acolhidos três irmãos, com realização de estudos sociais junto às novas famílias, visitas domiciliares e orientações à equipe de cuidadoras.

Com o retorno do adolescente L.G. da Fundação Casa, a equipe realizou intervenções junto às cuidadoras e acolhidos, levantamento de demandas e elaboração de ações de acompanhamento psicossocial. A articulação com a PSE e o Presídio de Pirajuí possibilitou chamada de vídeo com a mãe do adolescente, privada de liberdade, bem como visita à Fundação Casa no aniversário do adolescente, promovendo reforço de vínculos familiares, celebração do retorno ao abrigo e articulação contínua com familiares e órgãos judiciários.

A articulação com a rede incluiu reuniões semanais, construção e atualização de PIAs, encontros com APAE e escolas, visita técnica ao CAPS e acompanhamento de adolescentes desacolhidos da Fundação Casa de Franca.

A capacitação continuada da equipe abordou estudos de caso e reflexões sobre estratégias de reintegração, prevenção de riscos psicossociais e fortalecimento de vínculos.

Entre as atividades coletivas, destacam-se atividades em grupos, atendimentos psicossociais a crianças e adolescentes desacolhidos realizados em escolas e instituições

frequentadas, aproximação dos genitores de M.A. e G.L. com os filhos, início das pernoites de A.J. na residência familiar como etapa gradual de reintegração e realização de pré-assembleia com os acolhidos.

No período de maio a agosto, a equipe desenvolveu um conjunto articulado de ações psicossociais, socioeducativas e jurídicas, garantindo acompanhamento integral de crianças e adolescentes acolhidos.

Foram fortalecidos vínculos familiares e comunitários, promovido suporte técnico à equipe de cuidadoras e articuladas estratégias de proteção, reintegração familiar e promoção de direitos, em alinhamento com os protocolos de acolhimento, medidas socioeducativas e articulação intersetorial.

O trabalho evidenciou a importância da integração entre família, equipe técnica e rede de proteção, garantindo intervenções seguras, continuadas e centradas no desenvolvimento integral dos acolhidos.

Foram mantidas atividades semanais com as profissionais cuidadoras com o tema “acolhendo quem acolhe” com objetivo de refletir coletivamente sobre os casos em acompanhamento, com foco nas vivências emocionais das cuidadoras, oferecer um espaço seguro para expressão, escuta ativa e fortalecimento das relações na equipe e promover autocuidado e estratégias para lidar com as demandas emocionais do trabalho. Ademais, foram conduzidos estudos de caso, com vistas a acolher as falas em um espaço seguro para expressão, escuta ativa e fortalecimento das relações entre a equipe e usuários, retomando estratégias de cuidado e enfrentamento das demandas com as crianças e adolescentes, revisando mudanças inerentes ao processo, e análise de possíveis impactos e alinhar condutas.

O Estudo de Situação foi delineado através de contatos, reuniões e discussões de caso para o levantamento de informações com serviços da rede intersetorial que atendiam a família/criança no período que antecedeu o acolhimento, subsidiando à equipe informações pertinentes para a avaliação da medida fixada já no contexto de abrigamento, desta forma, foi possível avaliar a situação de risco existente e as alternativas viáveis que circundam a demanda para garantir a excepcionalidade e brevidade da medida.

O acesso às documentações foi promovido imediatamente após a inserção da criança/adolescente ao serviço, para o levantamento, tão logo concretizado o acolhimento dos referidos e formalizado o Ofício de Entrada em SAICA, comunicando o Poder Público sobre a efetivação da Medida Protetiva.

No que se refere às questões escolares, foram realizadas solicitações de transferência, matrículas nos estabelecimentos de ensino (1) ensino infantil, (2) ensino médio. Salientamos que

para além das matrículas, o diálogo com a rede de ensino e serviço social da educação municipal esteve presente diariamente, abrangendo as ações realizadas e demandas como levantamento das dificuldades escolares, encaminhamentos necessários, avaliações, reuniões para alinhamento com as unidades educacionais do município.

Em relação ao acesso aos Serviços Socioassistenciais e avaliação para inserção em programas de transferência de renda, foi articulada a criação do Cadastro Único, de uma adolescente, contemplando o cadastro unipessoal, e requisição do Programa Bolsa Família e criação do login e senha do site gov.br para aqueles usuários que não possuíam.

Salientamos também a articulação realizada para requisição de (1) Benefício de Prestação Continuada - BPC e a requisição de (1) transferência de titularidade do representante legal para o coordenador do SAICA.

Semanalmente foram mantidos atendimentos individuais, conduzidos para o levantamento das demandas, intervenções e orientações necessárias em cada cenário. Cabe ressaltar que os atendimentos foram realizados também sem prévio agendamento, em consonância com a dinâmica do SAICA em sua integralidade.

Os encaminhamentos, orientações e efetivação de acessos primou pelo acolhimento de demandas cotidianas e extraordinárias, esclarecimento sobre o fluxo dos serviços da proteção básica, média e especial e diálogo contínuo com os equipamentos (CT, PSE, Sistema de Justiça) para o compartilhamento das particularidades dos acolhidos e ações conjuntas entre o SAICA, a rede intersetorial e Sistema de Justiça. Tal diálogo se deu através de reuniões de referenciamento de caso, alinhamento com a PSE, contatos com a rede intersetorial, inserção em CAPS (1).

Destacamos a articulação realizada para a inserção de uma acolhida no programa Jovem Aprendiz. Neste contexto, a referida iniciou o curso de capacitação de maneira online através da estrutura disponibilizada pelo SAICA, evoluindo posteriormente para o cumprimento da jornada de trabalho na Escola Municipal “Luiz Andrade”. O diálogo semanal com a diretora do estabelecimento fortaleceu as habilidades desempenhadas pela adolescente, resgatando aspectos da autonomia e autoconfiança no desempenho de suas atribuições.

O envio de documentos produzidos pela equipe técnica do SAICA se deu ao longo do período, contemplando relatórios informativos, relatórios trimestrais e PIA. Houve regularmente a manutenção das visitas domiciliares, nas quais os acolhidos receberam a visita de seus familiares, pessoas de referência na comunidade para a reestruturação dos vínculos previamente estabelecidos. No entanto, cabe salientar a individualidade de cada intervenção, com destaque a grupos onde foi possível evoluir para o acompanhamento direto pelas profissionais cuidadoras, enquanto demais demandaram a intervenção contínua da equipe técnica para sua viabilização, em virtude dos

sucessivos manejos abruptos e agressivos dos envolvidos, requerendo mediação. Todavia, a atuação profissional se referenciou na construção de relações de confiança entre as crianças, adolescentes, seus familiares e profissionais do serviço de acolhimento.

Destacamos a execução de rodas de conversa, dinâmicas, atividades reflexivas com abordagem de temas diversos com os acolhidos. A formação continuada foi viabilizada através de encontros semanais, estruturados com espaço para livre expressão, diálogo despretensioso para exposição de falas a respeito do cotidiano e momento para que a equipe técnica levantasse as demandas que se evidenciam.

Os pontos que alicerçaram as intervenções foram:

- Protocolo de manejo em situações de crise/ risco (emergencial);
- Identificação da situação;
- Tomada de decisão imediata;
- Neutralizar a situação separando os envolvidos na situação problema dos demais, que devem ser direcionados a ambiente seguro, minimizando a exposição;
- Acionar a rede de serviços;

Tais encontros contemplaram a prevenção e antecipação de ações, frente a alterações comportamentais dos acolhidos e o direcionamento de ações lúdicas e intervenções estratégicas no cotidiano do SAICA. Os diálogos entre as profissionais cuidadoras e acolhidos também foram utilizados para a contextualização dos manejos para além do cotidiano, permeando a comunicação não violenta e ampliação da perspectiva sobre os rebatimentos de diálogos ríspidos, ao longo do período de convivência.

Foram realizadas reuniões periódicas entre a equipe do SAICA e demais estabelecimentos para a discussão e fechamento de casos, reavaliação das ações pactuadas no planos de atendimento individual, revisão das demandas e redefinição de metas e estratégias para a superação das situações violadoras vivenciadas pelas crianças/adolescentes, bem como socializados documentos atualizados à rede intersetorial como laudos, atestados, encaminhamentos e exames.

No que se refere às situações contextualizadas pelos estabelecimentos de ensino, o Serviço Social atuou na mediação dos conflitos, contextualização do caráter sigiloso do trabalho executado pelo SAICA, levantamento das situações com risco potencial de culminar em violações de direitos.

As famílias em acompanhamento também demandaram atenção em relação aos limites e conflitos configurados após a reintegração familiar, exigindo o fortalecimento do diálogo com o Sistema de Justiça para oferta de orientações alicerçadas no melhor interesse da criança/adolescente.

As reuniões de alinhamento subsidiaram a delimitação dos acessos, viabilizando a

estruturação de ações para a proteção integral às crianças e aos adolescentes acolhidos.

Neste sentido, foi possível abordar os casos junto aos representantes da saúde, educação, Proteção Especial e SAICA, onde foi definido o papel de cada instância que compõe a rede de serviços local e o Sistema de Garantia de Direitos, na busca de um objetivo comum.

Também foi articulado a viabilização do transporte dos usuários para atividades externas. Adicionalmente uma reunião de rede foi solicitada para abordar a reintegração de um casal de irmãos, sendo necessário intervenção emergencial com vistas a não ruptura da rede de apoio estruturada para o desacolhimento dos referidos. Nesta ocasião foram delimitadas ações para as técnicas do Judiciários, com objetivo de mediar os conflitos entre genitores e guardiões, a solicitação de audiência concentrada e a interrupção do acompanhamento via SAICA, haja vista a mudança dos guardiões para o município de Franca-SP.

INFRAESTRUTURA

O Serviço de Acolhimento de crianças e adolescentes, está situado na Rua Coronel Antônio Jacinto, 858, na região central, com acesso à educação, centro de esporte e estabelecimentos comerciais.

A casa conta com quatro quartos (suítes) com espaço favorável a acomodar até 4 (quatro) crianças, excepcionalmente 6 (seis).

A sala de estar com mobiliário adequado e suficiente para acomodar o número de crianças, adolescentes e cuidadores, atendendo a metragem sugerida de 1,00 m² para cada ocupante, bem como, a sala de jantar/copa com finalidade para tal e/ou ambiente de estudos, dentro ou anexo à residência com metragem de 1,00m² para cada ocupante de modo a acomodar o número de crianças/adolescente e os cuidadores.

O banheiro contém 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 (seis) crianças e adolescentes, e para uso restrito aos funcionários 1 chuveiro, 1 lavatório, 1 vaso sanitário .

A cozinha contém mobiliário e utensílios para preparar alimentos para o número de usuários atendidos pelo equipamento e os cuidadores/educadores, onde são executados os manejos em acordo com todas as especificações constantes da NBR 9050/ABNT. Área de Serviço com espaço para utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, armário para guardar objetos e produtos de limpeza para fins de cuidado com a higiene, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendidos pelo equipamento.

Área externa (varanda, quintal, piscina etc) propícia ao convívio e brincadeiras.

Escritório devidamente mobiliado, para desempenhar os trabalhos administrativos, atendimentos psicossociais, assembleias individuais e coletivas, para elaboração de relatórios,

reuniões e etc.

Já no que diz respeito aos Recursos Humanos o quadro de colaboradores é constituído por: 01 Coordenador, 01 Assistente Social, 01 Psicólogo, 16 Cuidadoras, 01 Serviços Gerais, 1 Cozinheiro e 1 Auxiliar Administrativo conforme previsto no Edital de Chamamento nº 006/2024 e seus aditamentos.

As escalas de trabalho atenderam a Norma Operacional Básica para Recursos Humanos (NOB RH SUAS) e a OSC organizou o funcionamento do serviço prevendo os períodos de férias, de forma que não houvesse interrupção das atividades na sua integralidade. A escala e horário dos trabalhadores de uma forma geral atendeu as necessidades do serviço de acolhimento, bem como a escala dos cuidadores foi organizada de modo a efetivar o funcionamento ininterrupto.

Os profissionais foram selecionados pela coordenação do Serviço de Acolhimento levando em consideração o perfil, as habilidades, a experiência e o conhecimento do candidato, ligados diretamente à competência no atendimento à criança e adolescente, e as substituições ou novas contratações serão feitas de acordo com análise da equipe de referência e gestão institucional.

OBSERVAÇÕES

- Foram adquiridos brinquedos e jogos educativos , também 4 mesas de estudos e materiais pedagógicos oportunizando momentos de interação e lazer entre os acolhidos.
- Manteve-se o acompanhamento junto às unidades da Fundação Casa de Franca/SP e da Fundação Casa de Cerqueira César/SP, com a continuidade das visitas presenciais e atendimentos online. Conseguimos realizar uma visita presencial à adolescente em Cerqueira César-SP, após articulação com o transporte do município.
- Participação da equipe técnica na Conferência Municipal da Assistência Social
- Participação da coordenadora do SAICA como membro titular do CMDCA
- Comemoração do Primeiro ano do SAICA/ administração PAMEN
- Participação da Equipe Técnica no evento do dia 18 de maio “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”

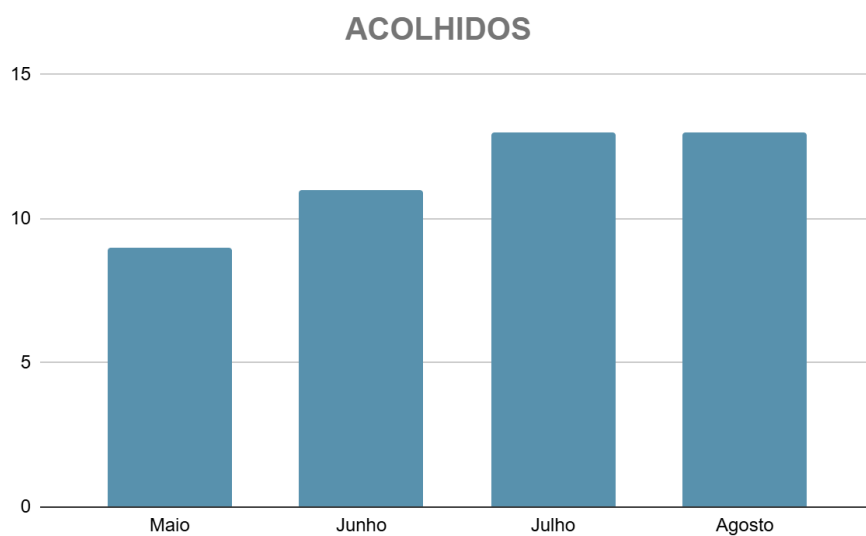
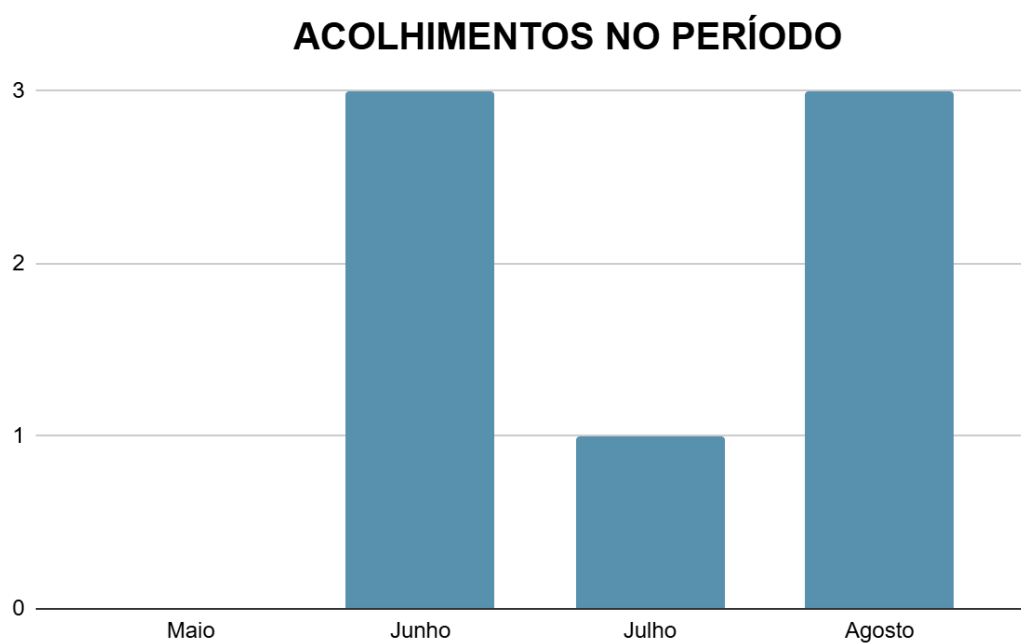
GRÁFICO I – DADOS**GRÁFICO II**

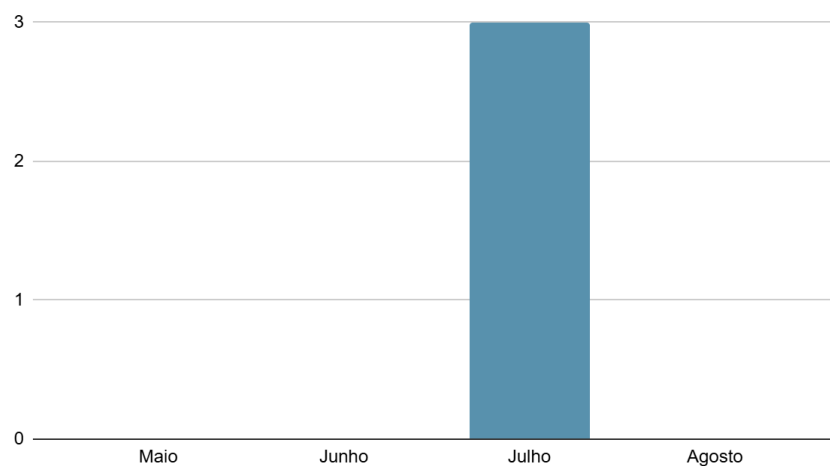
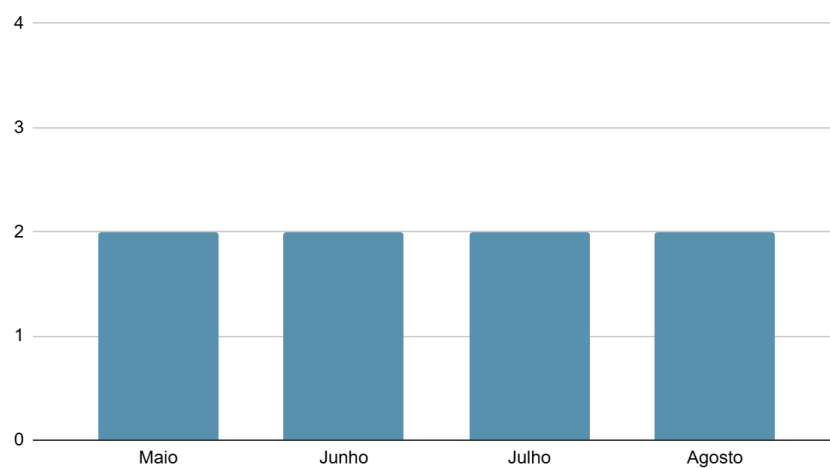
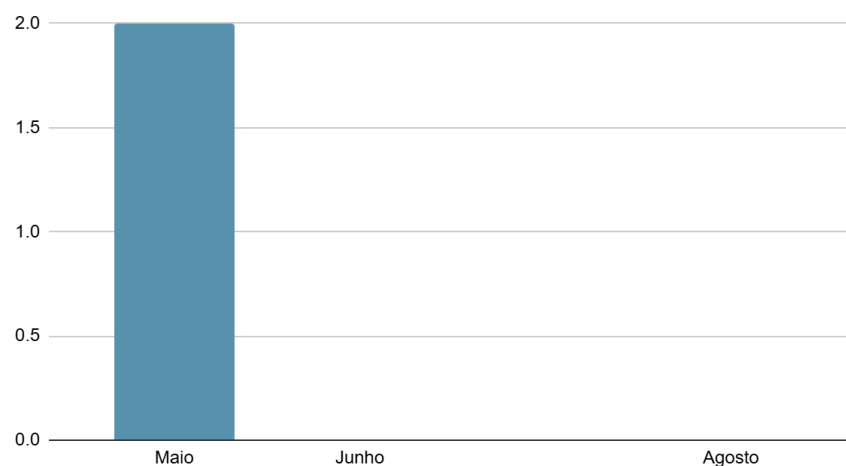
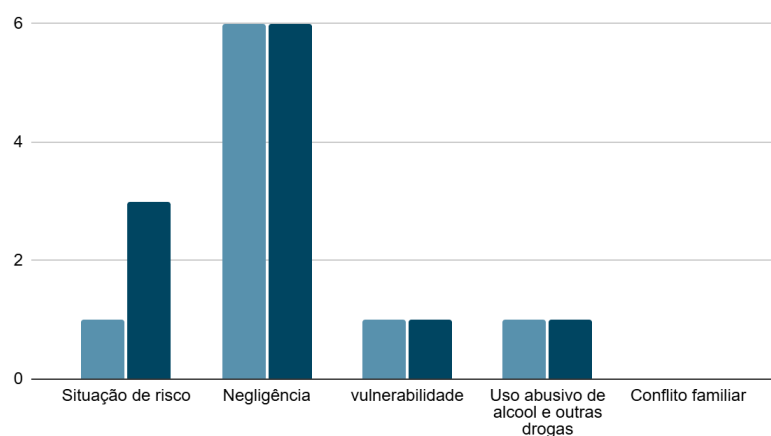
GRÁFICO III**DESACOLHIMENTOS****GRÁFICO IV****MEDIDA SOCIOEDUCATIVA**

GRÁFICO V**TRANSFERENCIA PÓS DESACOLHIMENTO****GRÁFICO VI****SITUAÇÃO QUE ORIGINOU O ACOLHIMENTO**

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DAS ATIVIDADES CORRESPONDENTE AO PERÍODO

ANIVERSARIANTES DO MÊS:



CAPOEIRA, FUTEBOL E DANÇA



PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA NO EVENTOS REFERENTES AO DIA 18 DE MAIO, CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA E REUNIÃO COM EQUIPE ESCOLAR



COMEMORAÇÃO DO PRIMEIRO ANO DE SAICA/PAMEN



MOMENTOS DE LAZER





FESTA JUNINA





PRÉ ASSEMBLÉIA DE FORMA LÚDICA



INSERÇÃO NO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ



AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, JOGOS LÚDICOS E MATERIAL PEDAGÓGICO



Líria Gonçalves Garcia
Coordenadora Administrativa
CRP 06/177057 - Região/SP

Edione Beatriz dos S S Leite
Assistente Social
CRESS nº 61851 - 9ª Região/SP

Maria Luiza Alves e Silva
Psicóloga
CRP 06/193090 - Região/SP